

# A Economia Monetária de Berkeley

Maurício Chalfin Coutinho

*Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil*

---

## Resumo

O artigo trata da economia monetária de George Berkeley (1685-1753), filósofo e moralista irlandês, economista monetário e proponente de um sistema monetário não-metálico. Após uma exposição geral sobre a obra econômica de Berkeley, o artigo empreende uma exposição de sua economia monetária e da proposta de criação de um sistema baseado em moeda não-metálica, especificando os seguintes pontos: comparação com a proposta de moeda não-metálica de John Law, natureza específica da visão de moeda, crédito, relações internacionais de Berkeley, contrastes com Locke e Hume.

*Palavras-chave:* Berkeley, Economia Monetária, Moeda Não-Metálica

*Classificação JEL:* B10

---

## Abstract

The paper discusses George Berkeley's (1685-1753) monetary economics. Berkeley, an important Irish moralist and philosopher, was also a monetary economist who precociously proposed a non-metallic monetary system to Ireland. Besides presenting a general appraisal of Berkeley's economics, the paper attempts to contrast Berkeley's and John Law's proposals for non-metallic systems. It also compares Berkeley's to Locke's and Hume's approaches to money and credit.

---

---

\* Recebido em janeiro de 2010, aprovado em maio de 2011. Projeto de pesquisa apoiado pela FAPESP. O trabalho beneficiou-se dos comentários de um *referee* anônimo da revista.  
*E-mail address:* [mcout@eco.unicamp.br](mailto:mcout@eco.unicamp.br)

## 1. Introdução

George Berkeley (1685-1753) ocupa um lugar singular na história do pensamento econômico, por haver proposto com caráter pioneiro, em 1735, a criação de um sistema monetário não-metálico, na linha do que fora defendido por John Law em *Money and Trade Considered* (Law 1705). Sua contribuição à economia monetária permite que seja alinhado aos dois outros componentes da santíssima trindade da filosofia empirista anglo-saxã – Locke e Hume – não apenas no plano filosófico, mas também na listagem dos formadores da economia monetária. Em simultâneo, o anti-metalismo, assim como certa descrença nos ajustamentos econômicos naturais, opõem as visões econômicas de Berkeley, de um lado, às de Locke e Hume, do outro.

Em comum com Hume (e com diversos economistas do século XVIII), o elogio à frugalidade e ao trabalho (*industry*). A visão do trabalho como elemento criador de riqueza, assim como a defesa de um sistema monetário não-metálico, indicam que Berkeley descartara as concepções metalistas, fundiárias e não-mercantis de riqueza, características da época mercantilista e do pensamento econômico anterior. Este afastamento de visões tradicionais e pré-mercantis de riqueza, no entanto, não o conduziu ao liberalismo, já que a descrença no automatismo dos ajustamentos econômicos e a ausência de uma concepção de ordem econômica natural levaram à admissão de certo ativismo governamental e de uma subordinação da ordem econômica à moral religiosa, estranhas a concepções, como as de Hume ou Smith, em que a identificação de uma ordem econômica natural pavimentou o caminho do liberalismo econômico.

Além disso, a preponderância do moralismo dá aos escritos econômicos de Berkeley um caráter único. Em seus quatro textos admitidos como “econômicos”, o tom de pregação associa-se a uma estrutura discursiva não muito comum nos trabalhos dos economistas do século XVIII. Por ordem cronológica, o primeiro escrito econômico, *An Essay Towards Preventing the Ruin of Great Britain* (1721), representa uma espécie de chamamento moral, um libelo contra as conseqüências morais da especulação financeira na esteira da *South Sea Bubble*.<sup>1</sup> No escrito econômico seguinte, *Segundo Diálogo de Alciphron* (ou *The Minute Philosopher*) (1732), a narrativa adota, como diz o título, a pouco usual forma de diálogo. Berkeley dedica o *Minute Philosopher* ao combate aos livre-pensadores e ateus e desenvolve, especificamente no *Segundo Diálogo*, uma série de aforismos em torno do momentoso debate sobre o vício, estimulado pela popularidade da *Fábula das Abelhas*, de Mandeville. O terceiro escrito econômico, *A Word to the Wise* (1749), é, como indica o subtítulo (*An Exhortation to the Roman Catholic Clergy of Ireland*), uma exortação ao clero católico, centrada na sempre presente questão do combate à indolência e elogio ao trabalho (*industry*). Berkeley procura um ponto em comum

---

<sup>1</sup> *South Sea Bubble* foi a denominação dada à bolha especulativa decorrente da valorização das ações da *South Sea Company*, companhia inglesa que obteve uma carta de monopólio do comércio com a América, em função de haver subscrito títulos da dívida nacional. A valorização de suas ações provocou um auge especulativo em Londres, sucedido de crise aberta, em 1720. O episódio ficou na memória inglesa como exemplo de hiper-especulação e apego ao ganho fácil.

– o enaltecimento do trabalho e o combate ao ócio – às diversas religiões cristãs, para em torno dele propor uma convergência inter-religiosa de esforços para livrar a Irlanda da miséria.

Finalmente *The Querist* (1735, 1736, 1737 – reeditado em 1750), o mais denso dos escritos econômicos de Berkeley, celebrado pela defesa precoce de um sistema monetário não-metálico, adota a forma literária de pequenas interrogações (*queries*) provocativas, muitas vezes com apelo ao paradoxo e à forma negativa (*Whether ... not ... ?*). O propósito dos *queries* é combater idéias consideradas equivocadas e propor princípios corretos. A forma interrogativa, em conjunto com a pequena extensão de cada *Query* e a rápida passagem de um tema a outro, tornam a compreensão das idéias econômicas de *The Querist* nada trivial.

Ressalte-se que *The Querist* e *A Word to the Wise* compartilham a característica de estarem assumidamente voltados aos problemas da Irlanda. A rigor, todos os escritos econômicos de Berkeley têm como pano de fundo a situação irlandesa: sua pobreza, sua falta de autonomia política, as origens de seu povo. Não se trata, deste modo, de textos que explicitem uma intenção de universalidade, ou, ainda, estejam voltados diretamente à formulação de princípios econômicos gerais e válidos em abstrato. Por esta razão, alguns comentaristas situam Berkeley em uma bem identificada “escola irlandesa de desenvolvimento econômico”, especialmente preocupada com a pobreza da Irlanda e os meios de superá-la (Rashid 1988). O *Querist*, em particular, também é visto como um *improvement tract*, gênero típico do século XVIII, voltado à melhoria das condições dos países em campos diversos como economia, educação, agricultura, moral, política (Kelly 2005). Enfim, o pensamento de Berkeley seria de certo modo fragmentado e pouco sistemático, imediatamente propositivo, voltado à situação econômica e política da Irlanda – características que contrastam com os traços universais, abstratos, demonstrativos, do pensamento dos principais economistas dos séculos XVII e XVIII, especialmente os economistas-filósofos.

Nas seções a seguir, um panorama geral e sumário das idéias econômicas de Berkeley (na Seção 2) antecede a discussão de seus aspectos propriamente monetários. A economia monetária será considerada sob três ângulos: características gerais (Seção 3), breve apresentação da proposta de Law em *Money and Trade Considered* e contraste entre as propostas de reforma monetária de Law e Berkeley (Seção 4), contrastes com a economia monetária de Locke e Hume (Seção 5). Na Seção 6, as Conclusões.

## 2. O Sistema Econômico de Berkeley: Trabalho e Frugalidade

O *Essay Towards Preventing the Ruin of Great Britain* é um ensaio conciso, uma conclamação de caráter moral em resposta às consequências do *South Sea Bubble*. Ainda não bem formado como debatedor de assuntos econômicos, Berkeley julgou necessário combater a moral especulativa com “... aquelas antiquadas e bem conhecidas máximas referentes a religião, indústria, frugalidade e espírito

*público, as quais ... podem não apenas evitar nossa ruína final, mas também nos tornar um povo mais feliz e florescente do que nunca*” (Berkeley 1721, p. 322). Religião, indústria, frugalidade e espírito público, são os padrões de Berkeley para o julgamento de situações econômicas.

Logo em sua abertura, *The Querist* reiteraria os mesmos princípios: “*Howe alguma vez, ou haverá, uma nação industriosa pobre, ou uma indolente rica?*” (Query 1, Berkeley 1750). Para Berkeley, o trabalho bem aplicado é o único meio de se obter riqueza – “*A indústria é a via natural e segura para a riqueza*” (Berkeley 1721, p. 323). O dinheiro que não vier a estimular o trabalho induzirá à pura especulação.

A frugalidade – “*... os velhos métodos honestos da indústria e da frugalidade ...*” (Berkeley 1721, p. 323) – anda a par com a indústria. A exortação aos católicos em *A Word to the Wise* é dedicado integralmente ao enaltecimento do trabalho e ao combate à indolência. O *Segundo Diálogo de Alciphron* também enaltece a frugalidade e critica a tese mandevilleana de que a procura do luxo é a base para a conquista de riqueza, ou que os vícios privados redundam em riqueza pública. Ao contrário, Euphranon, o moralista do *Segundo Diálogo*, acredita que a virtude tem maior capacidade de estimular a economia. No mesmo tom, enquanto Lysicles, o livre-pensador a ser combatido, assevera que “*... as riquezas isoladamente são suficientes para tornar uma nação florescente e feliz ...*” e que a virtude é uma “*... invenção política, aquele engodo de estadistas e filósofos ...*” (Berkeley 1732, p. 86), Euphranon, reitera que “*... a riqueza não é um fim último, mas deveria ser considerada um meio para proporcionar felicidade ...*” (Berkeley 1732, p. 86).

De todo modo, o problema econômico é a escolha do melhor método – o vicioso ou o virtuoso – para a prosperidade, a qual depende da “*... pronta circulação dos bens e da riqueza em um estado....*” (Berkeley 1732, p. 83). Enquanto o livre-pensador assegura que, na ausência de gastos suntuários, a riqueza tende a estagnar e o dinheiro a permanecer sem uso na mão dos rentistas, o moralista entende que as despesas ordinárias e compatíveis com a virtude também são capazes de estimular a circulação. Mais ainda, ao estimular a constituição de famílias e o crescimento da população, a virtude viria a favorecer a demanda e a produção nacional, bem como a manter os salários em níveis internacionalmente competitivos. A “*pronta circulação dos bens*” e a necessidade de que a demanda ative a produção são partes componentes da visão de Berkeley sobre moeda e crédito, como se verá adiante.

Finalmente, o espírito público é um elemento essencial da visão moral e econômica de Berkeley. Nos textos econômicos há referências freqüentes ao “público” (*the public*) e à contraposição entre o domínio público e os interesses privados. O public é menos uma circunstância – as obras e atividades sob a responsabilidade do governo – do que uma atitude e uma imposição, ditadas por uma moral de fundo religioso. Por exemplo, ao defender a realização de obras públicas, Berkeley não se preocupa com a racionalidade econômica de tal ato, senão com a necessidade de assegurar emprego à população pobre. Enquanto Smith justificaria a interferência do estado na produção de bens indivisíveis (estradas, pontes) e serviços essenciais e imprescindíveis à sociedade como um todo, Berkeley preocupava-se imediatamente

com um princípio moral: evitar a ociosidade dos pobres.

Ao contrário da perspectiva de Smith, Berkeley acredita haver uma permanente tensão entre o espírito público e o interesse privado. Uma passagem muito sugestiva do *Essay Towards ...*, não imediatamente referida à esfera econômica (a passagem refere-se a costumes licenciosos e a espetáculos teatrais inadmissíveis), revela a fratura entre as esferas pública e privada: “*O espírito público, aquele princípio glorioso de tudo o que é grande e bom, está tão longe de ser enaltecido ou encorajado ...*” (Berkeley 1721, p. 331). Em contrapartida,

“*Os mesmos espíritos estreitos e ateus, centrando toda nossa atenção nos interesses privados e empenhando todas nossas esperanças no aproveitamento da vida presente ...*” (Berkeley 1721, p. 331).

Os interesses privados são não-religiosos, licenciosos, podem provocar a especulação desenfreada, transferências inadmissíveis de renda e propriedade, assim como mudanças de status perturbadoras da ordem social. Ao *public*, ao contrário, cabe a efetivação dos desígnios da deidade no plano terreno. Portanto, ao governo compete zelar pela moral, pelo emprego dos pobres, pela proibição de importações que caracterizem luxo inadmissível. O divórcio, ou ao menos a ausência de automatismo, nas relações entre interesses privados e moral religiosa, é incontornável.

Cabe assinalar que a visão de *public* de Berkeley implica a aceitação de um ativismo governamental certamente estranho aos sistemas de economia liberal do século XVIII (Hume, Smith). A proposta de reorganização do sistema monetário, a ser analisada adiante, tem em vista a finalidade de arrancar a Irlanda da miséria e, especialmente, proporcionar emprego aos pobres irlandeses. Em nome deste ideal, Berkeley admite intervenções no sistema monetário e no comércio internacional, advoga a realização de obras públicas e, sob certas condições, até mesmo a implantação de trabalho forçado.<sup>2</sup>

### 3. A Economia Monetária de Berkeley: Traços Gerais e Contraste com Law

Embora *The Querist* seja o texto monetário de Berkeley por excelência, o dinheiro não está ausente de suas preocupações de moralista, evidenciadas em todos os escritos econômicos. Como vimos, no *Essay Towards ...* e no *Minute Philosopher* há uma preocupação tanto com a exacerbação do ímpeto aquisitivo e especulativo, ou com o amor excessivo pelo dinheiro, provocados por momentos econômicos atípicos e especulativos, como com o arrefecimento da circulação. À medida que o dinheiro tem a função de meio de troca – tema a ser tratado a seguir

<sup>2</sup> O ativismo governamental e a atenção aos problemas econômicos nacionais levaram alguns comentadores, com evidente exagero, a considerarem Berkeley uma espécie de antecessor dos estudos sobre desenvolvimento econômico. A propósito, ver Rashid (1988) e Hutchison (1988), assim como, para uma posição contrária, Ward (1959).

–, a interrupção da circulação é um mal, porque deprime a demanda e provoca o desemprego. Assegurar um nível adequado de meio circulante e, deste modo, a demanda, é a tarefa prioritária para garantir a produção e o emprego.<sup>3</sup>

O nível adequado de meio circulante é um típico tema dos séculos XVII e início do XVIII. Foi tratado por autores como Barbon, Locke, Cantillon, sendo que os textos de Barbon (1690) e Locke (1692) ecoam um ponto difundido no debate monetário inglês da virada do século XVII para o XVIII, o das relações entre dinheiro e atividade econômica (*trade*).<sup>4</sup> Os economistas dividiam-se: é o dinheiro que impulsiona a atividade econômica ou, ao contrário, a produção assegura os meios de circulação necessários?<sup>5</sup> Berkeley inclui-se no grupo dos economistas para quem o dinheiro antecede a atividade econômica. No entanto, dedica uma atenção especial à circulação, ou à possibilidade de que o dinheiro, embora existente, permaneça empoçado, retido, sem ativar o comércio e, deste modo, sem garantir o emprego.

Especificamente em relação ao nível adequado de meio circulante, a posição de Berkeley é afetada pelo fato de considerar a circulação monetária e a quantidade de dinheiro no plano de uma economia fechada. No *Querist* e nas demais obras econômicas, não se encontra sequer um esboço do mecanismo de ajustamento automático do balanço de pagamentos, assim como uma reflexão mais detida sobre a circulação de dinheiro metálico e metal precioso não amoeado entre as nações, um dos aspectos cruciais da economia monetária dos séculos XVII e XVIII. Adiante desenvolveremos este ponto, mas cabe antecipar que ele influencia decisivamente a proposta de criação de moeda-papel, por uma razão simples: Berkeley não vislumbrava a possibilidade de que a escassez de meio circulante na Irlanda pudesse ser provocada pelas dificuldades em o país exportar suas mercadorias e manter uma balança de comércio (*balance of trade*) superavitária.<sup>6</sup> Ora, o velho axioma mercantilista – para os países que não possuem minas, a balança de comércio (*balance of trade*) superavitária é a única garantia de obtenção de metais preciosos e/ou de moedas – não deixa de ser verdadeiro.

Em suma, tudo indica que o anti-metalismo de Berkeley deva-se parcial ou totalmente ao fato de a Irlanda não se ter mostrado capaz de assegurar um fluxo consistente de meios de pagamento metálicos. Nessas condições, o comércio e a produção arrefeciam, provocando desemprego, pobreza, a manutenção de terras incultas; resultados que Berkeley atribuía imediatamente à escassez de meio circulante e mediamente ao espírito irlandês – hábitos suntuários misturados à

<sup>3</sup> O que estimula uma interpretação keynesiana da economia monetária de Berkeley. A propósito, ver Vickers (1968).

<sup>4</sup> *Trade* é o termo que os economistas do século XVII e primeira metade do XVIII utilizam para designar atividade econômica. Compreende comércio e atividade manufatureira, na clássica definição de Barbon (1690).

<sup>5</sup> Um excelente balanço das relações entre dinheiro e *trade*, na visão de diversos economistas dos séculos XVII e XVIII, encontra-se em Murphy (2009).

<sup>6</sup> *Balance of Trade*, a expressão utilizada no século XVII e XVIII para designar a balança de comércio, na realidade inclui transações internacionais de mercadorias e serviços, e ainda empréstimos internacionais e sua amortização. Não inclui investimentos diretos, seja por sua inexpressividade à época, seja pela falta de precisão econômica da própria expressão *balance of trade*.

pobreza, preguiça combinada à pouca higiene, aristocracia cúpida e camponeses incultos.<sup>7</sup>

Foi para melhor advogar sua tese de superação da pobreza por meio da criação de papel-moeda que Berkeley desenvolveu uma concepção articulada e razoavelmente sofisticada sobre o dinheiro, calcada nos elementos apresentados a seguir.

Em primeiro lugar, a admissão de que a riqueza é produzida pelo trabalho – tem, portanto, um caráter substancialmente não-metálico. O trabalho (*industry*) é a verdadeira fonte da riqueza.<sup>8</sup>

Em segundo lugar, a constatação de que o dinheiro é útil na medida em que estimula a indústria.<sup>9</sup> Trata-se de “...*excitar e circular a indústria da humanidade*...” (Query 6, Berkeley 1750), o que tanto pode ser feito por moedas metálicas como por outros instrumentos que cumpram o papel de meio de circulação.

Segue-se a definição do dinheiro, ou de sua função. Neste ponto é importante seguirmos com cautela, porque na primeira metade do século XVIII havia ainda alguma imprecisão, e mesmo variações terminológicas, na caracterização das funções clássicas da moeda: meio de troca, meio de circulação, reserva de valor. De todo modo, após constatar (no Query 22) que a velocidade de circulação do dinheiro afeta a capacidade que tem uma mesma massa monetária de colocar mercadorias em circulação – presumidamente, afeta seu valor –, Berkeley descarta que o dinheiro possa ter valor intrínseco. Descarta ainda a possibilidade de que o dinheiro possa ser visto como uma mercadoria, um padrão de medida, ou mesmo um penhor (*pledge*). Esta última propriedade é a que fora atribuída por Locke ao dinheiro, em sua teoria do valor pactuado da moeda. Berkeley, portanto, recusa a concepção de Locke, assim como descarta o entendimento de que o dinheiro possa ser considerado uma mercadoria, ainda que especial – posição defendida por autores como Petty (1662), Galiani (1751), Turgot (1766). Não sendo *pledge* nem mercadoria, resta ao dinheiro a função de meio de troca, por Berkeley especificada através da utilização de dois vocábulos pouco usuais na teoria monetária da época: *ticket or counter*. Além disso, em certos contextos parece que a expressão *ticket or counter* abrange ainda a função de medida de valor do dinheiro – algo admitido pelo sentido etimológico de *counter*, que tanto significa meio de troca quanto instrumento de contagem.

A idéia é reiterada em diversas passagens, mas encontra-se particularmente bem estabelecida no Query 23, em uma passagem esclarecedora por explicitar as negações – o que o dinheiro não é – e as afirmações – o que o dinheiro é:

“O dinheiro deve ser considerado como tendo um valor intrínseco, ou como sendo uma mercadoria, um padrão, uma medida, ou um *pledge*, como foi sugerido de modo variado

<sup>7</sup> “A massa de nossos nativos irlandeses não é mantida longe da prosperidade por aquele contentamento cínico com a sujeira e o ato de esmolar, que eles possuem em grau superior a qualquer outro povo na Cristandade?” Query 19, Berkeley (1750)

<sup>8</sup> “Os quatro elementos, e o trabalho do homem dentre eles, não são a verdadeira fonte de riqueza?” Query 4, Berkeley (1750). É sugestiva a proximidade com a conhecida fórmula de Petty: “Que o Trabalho é o Pai e princípio ativo da Riqueza, como as Terras são as Mães.” (Petty 1662)

<sup>9</sup> Por indústria (*industry*) entenda-se laboriosidade, o oposto de ócio e indolência. “O dinheiro não é útil apenas na medida em que ativa a indústria, capacitando os homens a participarem mutuamente nos frutos do trabalho de outros homens?” Query 5, Berkeley (1750).

*por escritores? A verdadeira idéia de dinheiro, como tal, não é inteiramente aquela de um ticket ou counter?”* (Query 23, Berkeley 1750).

No papel de *ticket* ou *counter* o ouro e a prata podem ser substituídos por símbolos desprovidos de valor. Melhor dito, já que para Berkeley ouro e prata amoedados também não passam de *ticket* ou *counter*, podem ser substituídos por papel:

*“Ouro, prata e papel não são tickets ou counters para avaliar, registrar, e assim transferir?”* (Query 24, Berkeley 1750).

Falta apenas admitir que as notas bancárias sejam dinheiro:

*“Notas bancárias correntes não podem ser consideradas dinheiro? E não constituem na realidade a maior parte do dinheiro deste reino?”* (Query 33, Berkeley 1750).

Por outro lado, uma vez definida a riqueza como fruto do trabalho, Berkeley estende seus horizontes de modo a considerar “riqueza real” o poder de comandar o trabalho de outros.<sup>10</sup> O dinheiro, na sua qualidade de *ticket* ou símbolo (*token*), seja qual for sua materialidade, oferece este poder a seu portador.

Comércio, por sua vez, é nada mais do que o intercâmbio de trabalho. Berkeley especifica que, independentemente de expressar sua materialidade em ouro ou prata, este poder do dinheiro – o poder associado a um meio de troca – é na realidade o poder de “... promover, transferir, assegurar este intercâmbio, e esta propriedade em trabalho humano ...” (Query 37, Berkeley 1750).

Enfim, nessa digressão sobre riqueza, riqueza real, trabalho, trabalho comandado e meio de troca, Berkeley estabelece as funções do dinheiro: meio de troca e de circulação, seguramente; medida do valor, ocasionalmente.<sup>11</sup> E, certamente, o dinheiro não é meio de entesouramento nem um elemento capaz de assegurar a manutenção do valor no tempo. Estas últimas seriam as funções associadas à complexa noção lockeana de *pledge*, por Berkeley descartadas.

Em conformidade com sua concepção de que a moeda é um *ticket* ou *counter*, função bem cumprida por metais preciosos ou por símbolos, Berkeley propõe que a paralisia do comércio, provocada pela escassez de meio circulante metálico na Irlanda, seja superada pela emissão de notas bancárias. Mais precisamente, defende a criação de um Banco Nacional público, sob o controle do parlamento irlandês, dotado da prerrogativa de emitir papel-moeda, sem necessidade de fundar os bilhetes bancários em depósitos metálicos. A emissão seria lastreada em hipotecas de terra.

Admite-se que o período passado na América tenha influenciado a proposta de suprir a circulação com papel-moeda. Berkeley viveu na colônia americana entre 1728 e 1731 e ficou impressionado com as bem sucedidas experiências de emissão

<sup>10</sup> “O poder de comandar o trabalho de outros não é riqueza real?” (Query 35, I Berkeley 1750). É tentadora a analogia com a noção de “trabalho comandado” de Adam Smith.

<sup>11</sup> Há aqui certa ambigüidade. No Query 23, Berkeley afirma que o dinheiro não é padrão, ou medida. Em outras passagens, assegura que o dinheiro serve para “registrar”.

de papel-moeda em substituição ao escasso meio circulante metálico, em particular na Pensilvânia.<sup>12</sup>

De todo modo, a influência de Law parece marcante. As semelhanças com a proposta divulgada em *Money and Trade Considered* (1705) são significativas, como veremos, embora Berkeley não mencione este texto e faça referências apenas indiretas ao “esquema de Law” – a tentativa de impor a circulação de dinheiro não-metálico na França, em 1720, comandada por Law –,<sup>13</sup> uma experiência que se tornou maldita e que certamente levou o autor a acautelar-se em relação aos eventuais desdobramentos negativos da proposta de criação de papel-moeda por um banco público, como inflação, rejeição da moeda-papel, corrida aos metais. Afora o estrito controle parlamentar, previram-se cláusulas adicionais de cautela: limites estritos à emissão e aos empréstimos, restrições ao levantamento das hipotecas em prazos curtos. No caso, temia-se que a valorização das terras, produzida pelo crescimento da economia e pela liquidez que lhes seria conferida, pudesse provocar uma antecipação do resgate das hipotecas com a finalidade obtenção de mais crédito por meio de nova hipoteca, em uma espécie de espiral de crédito.

Naturalmente, o fato de o banco autorizado a emitir meios de pagamento ter natureza pública e permanecer sob controle do Parlamento atenuava receios que um banco emissor privado certamente suscitaria. O próprio Berkeley, como vimos, tinha restrições sérias aos interesses privados.

Permanece em aberto a questão de como a Irlanda asseguraria meios de pagamento para suas importações, já que a nova moeda teria validade apenas local. Neste ponto, Berkeley é evasivo. Ora sugere que o desenvolvimento da produção em geral, provocada pelo aumento do meio circulante, poderia favorecer as exportações; ora recomenda que o país se dedique à produção de bens cuja importação não se via controlada ou vetada pelos ingleses, como era o caso da lã; ora encarece a necessidade de se manterem controles estritos sobre a importação de bens de luxo. De todo modo, e apesar das menções ao comércio internacional dispersas em todo o *Querist*, o núcleo do esquema monetário de Berkeley é estritamente local. Não responde às exigências do comércio exterior e às interconexões entre balança de comércio e meio circulante.

Pode-se até mesmo dizer que certas passagens do *Querist*, a pretexto de combaterem a tese de que a riqueza só pode provir do comércio exterior, fazem uma apologia da capacidade de progresso a partir da produção e do comércio locais, sem o concurso do comércio internacional. Berkeley é taxativo:

<sup>12</sup> A propósito ver Wisdom (1953).

<sup>13</sup> Berkeley temia os efeitos morais da especulação financeiro, ou do “crédito” sem “indústria”: “Os ruinosos efeitos do Mississippi, South Sea e outros esquemas não se devem a um abuso do dinheiro-papel ou do crédito, tornando-os um meio para a indolência e a jogatina, ao invés de um motivo e impulso à indústria?” (Query 230, Berkeley 1750). “O dinheiro-papel circulante, portanto, nos ruinosos esquemas da França e da Inglaterra, foram o mal verdadeiro, ou o mal verdadeiro foi sua circulação sem indústria...?” (Query 250, Berkeley 1750). Por Mississippi ou “esquema da França”, Berkeley se refere à especulação com ações da Companhia do Mississippi e à frustrada tentativa de substituir o meio circulante metálico francês por moeda-papel, no período 1719-20, liderada por John Law. A propósito da crise monetária francesa, Murphy (1997).

*“Não poderíamos por a mão em um arado ou em uma pá, mesmo sem termos comércio exterior?”* (Query 109, Berkeley 1750). Ou ainda:

*“Não podem as exigências da natureza ser respondidas pela indústria aplicada ao nosso próprio solo? E quanto podem as conveniências e confortos da vida ser proporcionados por um comércio doméstico entre as diversas partes deste reino?”* (Query 110, Berkeley 1750).

É interessante notar que, à medida que a concepção de moeda envolvida na proposta de Berkeley seja a de um simples *ticket* ou *counter*, o tradicional relato teórico-histórico de que se valeram os economistas para explicar o surgimento da moeda acaba por ver-se apropriado com transformações. Para os economistas do século XVIII e mesmo do século XIX, o suposto quadro histórico – na verdade, uma reconstrução racional – do surgimento da moeda é, resumidamente, o seguinte: no princípio era o escambo; com a intensificação das trocas uma das mercadorias, possivelmente de grande comércio, converte-se em meio de troca aceito por todos; por sua aceitação geral e por suas características físicas (inocorrutibilidade, divisibilidade, grau de pureza, equivalência entre peças de mesmo peso e grau de pureza...) o ouro e a prata convertem-se em meios universais de troca e em dinheiro; as peças de ouro e prata são cunhadas como moeda por alguma autoridade, o que dá maior confiança quanto a grau de pureza e peso; finalmente, para certos propósitos as moedas vêm a ser substituídas por símbolos de papel e/ou por títulos de crédito diversos.<sup>14</sup>

Berkeley utilizou uma versão compacta e bem própria desta história racional da moeda:

*“Na sociedade rude e original o primeiro passo não foi a troca de mercadorias; o seguinte uma substituição por metais com peso determinado como o meio comum de circulação; após, a utilização de moeda; finalmente, um refinamento adicional pelo uso de papel com marcas e assinaturas apropriadas? E este último aperfeiçoamento não foi o maior de todos?”* (Query 445, Berkeley 1750).

O sentido da versão compacta é óbvio. Se o *“ultimo aperfeiçoamento”*, a criação de moeda-papel, foi *“o maior de todos”*, por que não pular etapas e passar logo à moeda-papel?

Em outras, e a meu juízo mais significativas, passagens Berkeley serve-se da imagem de naufragos jogados a uma ilha como metáfora para a sociedade isolada, na qual a moeda-papel vale:

*“De modo a entender a verdadeira natureza da riqueza e do comércio, não seria adequado pensar em uma tripulação de barco jogada a uma ilha deserta, desenvolvendo-se gradualmente nos negócios e na vida civil, enquanto a indústria gerava crédito e o crédito impulsionava a indústria?”* (Query 46, Berkeley 1750).

*“Não seriam estes homens postos todos a trabalhar? E, quando um homem desse modo houvesse produzido mais do que poderia consumir, não iria trocar seu excedente para suprir suas necessidades? E isso não produziria crédito? Para facilitar estas entregas,*

<sup>14</sup> Sobre a reconstrução racional do surgimento da moeda pelos economistas, ver Kindleberger (1985).

*para registrar e circular este crédito, estes homens não chegariam logo a um acordo sobre certos controles, símbolos, tickets ou counters?”* (Query 47, Berkeley 1750).

Nestas passagens, novamente, pulam-se etapas. Da troca de excedentes passa-se imediatamente aos *tickets* ou *counters*. As origens mercantis da moeda, supostas nos relatos tradicionais dos economistas, desaparecem. Afinal, a moeda é, em definitivo, um meio utilizado para circular (meio de circulação) e registrar (unidade de conta, medida de valor) o crédito.

Na passagem acima transcrita (Query 47) Berkeley refere-se a crédito e circulação do crédito. A palavra crédito é aqui utilizada no sentido tradicional: direito.<sup>15</sup> Toda vez que cedemos algo a alguém, adquirimos crédito – direito a recebermos algo em troca. Para circular, no entanto, tal crédito requer um instrumento – uma nota de crédito – que seja aceito por terceiros. Teremos aqui um título mercantil que pode funcionar como substituto da moeda.<sup>16</sup>

Do mesmo modo, uma nota de depósito emitida por um banco ou por uma instituição que aceite o depósito de metais preciosos, pode circular como moeda. Continua sendo crédito, no sentido tradicional: direito a recebermos, por havermos depositado ou cedido a alguém dinheiro ou mercadoria. Se tal direito envolver prazos – o título credencia seu detentor original a receber dinheiro ou mercadoria em prazo posterior – haverá, em geral, uma remuneração associada ao tempo em que o crédito ficar indisponível (juros). Neste caso, trata-se de uma cessão de poder de compra a quem se dispuser a remunerar o cedente. Novamente, crédito; agora no sentido pleno de cessão de poder de compra por prazo determinado, mediante remuneração.

Não há dúvidas de que em ambos os sentidos – como simples direito a receber em contrapartida (acompanhada de uma nota que, se for aceita por outros, pode ir à circulação) ou como cessão de poder de compra – o crédito acelera a circulação de mercadorias e produz meios de pagamento. Uma nota de crédito que renda juros seria mais propriamente considerada um capital por seu detentor. Reconheça-se que, embora Berkeley ignore esta dimensão – o crédito como capital –, a identidade por ele estabelecida entre moeda e crédito não é incoerente, e é até mesmo inteiramente compatível com a função do dinheiro como meio de troca. Em qualquer acepção, o crédito de fato cria meios de troca ou de circulação.

#### 4. Law e a Proposta de Criação de Moeda Não-Metálica

*Money and Trade Considered* (1705), de Law, é um texto que muito impressiona aos historiadores do pensamento econômico, por conter uma precoce e bem fundamentada proposta de implantação de um sistema monetário não-metálico

<sup>15</sup> Mais apropriadamente, *claim*. Berkeley utiliza o termo *credit*.

<sup>16</sup> Sobre o desenvolvimento dos instrumentos de moeda e de crédito, Kindleberger (1985).

na Escócia.<sup>17</sup> Com sua visão, Law teria de certo modo antecipado o futuro dos sistemas monetários e liberado os economistas da restrição de considerarem moeda apenas às peças dotadas de “valor intrínseco”, notadamente ouro e prata.

Nos capítulos 6 e 7 de *Money and Trade Considered*, a proposta de Law é apresentada em seqüência a uma crítica ao esquema do Dr. H. C., que consistia na criação de um sistema de notas bancárias, correntes como a moeda de prata, emitidas contra hipotecas de terra a serem canceladas por pagamentos ao longo de 45 anos, com taxas de juros de 21/4 %. A objeção de Law é a de que, sendo a taxa de juros – e, portanto, o valor – implícita a estes depósitos menor do que a taxa de juros corrente das moedas de prata, a ninguém ocorreria aceitar tais notas. Estaria sendo oferecida uma vantagem indevida aos proprietários de terras endividados, os quais poderiam hipotecar terras e pagar seus débitos com menos do que o que fora contratado. Enfim, a nova moeda não seria tão boa quanto a de prata. Para Law, todos os bens que aspiram a ser dinheiro, devem ter qualidades ao menos tão boas quanto as do dinheiro – no caso, de prata – existente.

Segue-se a proposta de um sistema de moeda-papel lastreado em hipotecas de terra. De início, seria estabelecido um escritório, sob o controle do parlamento, com poder para emitir notas a serem obrigatoriamente aceitas como meio de pagamento. A emissão destas notas estaria baseada em uma de três alternativas:

1. hipotecas bancárias, sendo que o débito não excederia  $\frac{1}{2}$  ou  $\frac{1}{3}$  do valor da terra hipotecada, à taxa de juros corrente;
2. créditos equivalentes à totalidade do valor da hipoteca, porém, com recompra em 20 anos – em linha com o dinheiro de prata – e impossibilidade de antecipar a liberação da hipoteca;
3. concessão de notas conforme o preço da terra, após a venda das terras entregues contra o dinheiro.

Além disso, a comissão parlamentar:

- a) estabeleceria limites para emissão de moeda por período de tempo, sendo dada plena publicidade ao balanço das notas emitidas, dos débitos e dos créditos;
- b) zelaria para que a oferta de dinheiro-papel não crescesse acima da oferta de dinheiro de prata;
- c) finalmente, zelaria pelo ajustamento entre o valor do dinheiro escocês e inglês.

Apesar das semelhanças entre a proposta de Berkeley e a de Law, não se pode deixar de assinalar que, enquanto aquela é difusa – pouco passa de uma manifestação de intenções baseada na idéia geral de que a função do dinheiro pode ser exercida por moeda-papel –, a proposta de Law é sensível a dois temas-chave: relação entre as moedas nacionais (taxa de câmbio) e taxa de juros. Além disso, Law tem consciência de que a nova moeda-papel deverá conviver com outros instrumentos monetários, em particular a moeda de prata, assim como compreende que qualquer moeda tem que exibir as “qualidades de moeda”. A rigor – e este é o

---

<sup>17</sup> Schumpeter inclui Law na “... linha de frente dos economistas monetários de todos os tempos”. (Schumpeter 1982, p. 295) Menos compreensível é a razão pela qual Schumpeter considera Berkeley, que foi um seguidor de Law, um metalista disfarçado de “cartalista” (não-metalista).

ponto central – a proposta de substituição de moeda-metálica por moeda-papel de Law origina-se exatamente na constatação de que a moeda metálica, especialmente a de prata, sofre oscilações de valor que a tornam um instrumento monetário ineficiente.

A esta conclusão – as deficiências da moeda metálica – Law chega após uma acurada discussão sobre a natureza da moeda, o valor da moeda e a taxa de câmbio, desenvolvida nos cinco primeiros capítulos da obra. Fiel à tradição de que a riqueza da nação, assim como o emprego, dependem do comércio e da produção, e de que há uma relação direta entre circulação (sistema monetário) e nível de atividades, Law empreende um cuidadoso estudo da moeda, que tem como elementos principais: 1.a reconstituição da tradicional genealogia mercantil da moeda, complementada, como de costume no século XVIII, por uma crítica à concepção do “valor imagiário” da moeda, de Locke; 2. uma análise acurada do crédito, em especial da circulação do crédito – que o transforma em dinheiro; 3. um estudo sobre a origem do sistema bancário, experiências nacionais com bancos, bancos de depósito, emissão de notas contra depósito, riscos e virtudes de um sistema de reservas fracionárias, multiplicação de moeda pelos bancos através do crédito; 4. análise da taxa de câmbio, ou do valor relativo das moedas nacionais; 5. conclusões sobre a natureza do dinheiro e deficiências da prata enquanto dinheiro.

Para Law, o dinheiro é “... a medida pela qual os bens são avaliados, o valor pelo qual os bens são trocados, e no qual todos os contratos são pagáveis” (Law 1705, p. 132). Enfim, o dinheiro é o meio mais seguro para receber, contratar, avaliar bens – funções que se vêm prejudicadas pelas variações de valor, inerentes às mercadorias e em especial a prata que, à parte ser mercadoria, é, ademais, cunhada por governos que podem alterar a denominação do dinheiro e/ou o grau de pureza do metal.

Law preocupa-se ainda com o fato de a prata, por sua utilização generalizada como moeda, ter adquirido um valor (como moeda ou mesmo como *bullion*) que excede seu valor como metal. Este valor acrescido é pago por países que não dispõem de minas de prata. A disseminação de outro dinheiro levaria a que a prata retomasse seu devido valor, ou seja, proporcionaria uma economia aos países não dotados de minas.

No texto de Law, a moeda-papel surge como resposta aos dilemas da moeda de prata. Por não sofrer as variações de valor inerentes à prata, a moeda-papel presta-se melhor a atuar como meio de avaliação, de efetivação e de liquidação de contratos. O problema na criação de moeda-papel reside exatamente em sua necessária convivência com as moedas metálicas, tanto no plano nacional quanto no das relações entre as economias nacionais. Por outro lado, a superioridade de uma moeda-papel lastreada em hipotecas de terra decorre, na visão de Law, dos atributos da própria terra: ela não é produto, e sim a fonte de todos os produtos (a prata é produto); sua quantidade é estável (enquanto a oferta de prata oscila muito). A terra, enfim, tem um valor mais certo do que a prata ou qualquer outra mercadoria, e por tal razão pode ancorar um sistema monetário de maior estabilidade. A estabilidade é a grande virtude a ser perseguida pelos sistemas

monetários.

Se há semelhanças entre as duas propostas de criação de um sistema de meios de pagamento não-metálicos, reconheça-se que a análise do fenômeno monetário efetuada por Berkeley é muito menos completa que a de Law, além de particularmente omissa em um tema central nos debates econômicos do final do século XVII e primeira metade do século XVIII: a estabilidade do valor da moeda.

## 5. Berkeley, Locke, Hume: Contrastes

Como foi visto, os escritos econômicos de Berkeley, o *Querist* em particular, assumem uma posição de certo modo paradoxal em relação ao comércio internacional e à existência de diversas moedas nacionais. Por um lado, Berkeley prescreve medidas que favoreçam a balança de comércio irlandesa: controle de importações suntuárias, cultivo de bens que contornem as restrições de outros países às importações, preocupação com a emigração de trabalhadores irlandeses. Por outro, seu projeto de emissão de papel-moeda por um banco nacional, e até mesmo sua visão geral de progresso – arrancar a Irlanda da miséria por meio de trabalho e frugalidade, incentivar as trocas internas –, são moldados, se não para uma economia fechada, ao menos com total desconsideração ao fluxo internacional de bens e moedas e aos seus impactos sobre os preços locais.

A visão dominante é o de um sistema monetário para uma economia fechada. De fato, a convicção de que uma economia possa soerguer-se por meio de trocas e crédito internos, criação de moeda fiduciária (já que os metais preciosos são indisponíveis e desnecessários), ativação de recursos locais, lembra o modelo de uma economia autárquica. A metáfora de sistema monetário constituído por naufragos jogados a uma ilha é mais do que sugestiva.

Se neste ponto as diferenças em relação a Law são marcantes, não menos marcantes, e bastante ilustrativas das especificidades e deficiências da análise monetária de Berkeley, são as diferenças em relação a Locke e Hume.

Começemos pela comparação com Locke, que são especialmente relevantes porque as obras de Locke antecedem as de Law, que as conhecia. Na crise monetária inglesa do final do século XVIII, um dos principais argumentos de Locke para se contrapor às propostas de alteração do padrão monetário (“valorização do dinheiro”) era a de que um ato unilateral do governo afetaria a confiança – o *trust*.<sup>18</sup> Os argumentos de Locke têm uma dupla implicação. Por um lado, reforçam a convicção de que qualquer intervenção arbitrária do governo afeta o estado de confiança e o pacto societário. Por outro – e este o ponto que interessa no momento –, reafirmam a concepção de que o pacto societário e o sistema de regras e direitos é, por definição, restrito aos nacionais.<sup>19</sup> O governo não tem condições de regular as atitudes de súditos de outros estados nacionais, conclusão que se aplica também, e

<sup>18</sup> Ver Locke (1692) e Locke (1696).

<sup>19</sup> Um ponto já destacado no celebrado *Segundo Tratado sobre o Governo* (Locke 1689). Sobre a convergência entre a filosofia política de Locke e suas idéias sobre a moeda, Caffentzis (1989).

principalmente, aos assuntos econômicos. A rigor, o governo tem dificuldades até mesmo em evitar que os súditos nacionais, aproveitando-se da grande mobilidade do dinheiro, evadam moedas do território nacional a despeito de proibições.

O que tutela a ação dos governos, impedindo medidas contra o mercado, são os mecanismos naturais de ajustamento. Dois deles atuam no caso. O primeiro é o que relaciona o nível geral de preços à quantidade de moeda em circulação. O segundo é o que estabelece as taxas de câmbio. Alterações no nível geral de preços em um país, provocadas por variação da oferta de moeda, provocam acomodações na taxa de câmbio. Os dois ajustamentos – nível de preços e taxa de câmbio – produzem movimentos corretivos na balança de comércio que, ao fim e ao cabo, abalam o objetivo que o governo perseguira ao valorizar o dinheiro: melhorar a circulação interna e favorecer a economia.

Embora as conclusões de Locke fossem controversas mesmo a sua época,<sup>20</sup> são relevantes do ponto de vista analítico, porque contêm um esboço do mecanismo de ajustamento automático do balanço de pagamentos (*stock flow mechanism*), que liga indissolivelmente preços e nível de produção internos aos preços e fluxos internacionais de metais preciosos.<sup>21</sup> Enfim, os mecanismos de ajustamento mostram que a eficácia de qualquer política monetária está condicionada a circunstâncias que dizem respeito ao comércio internacional de bens e dinheiro, algo fora do controle de governantes locais. A proposta de reforma monetária de Berkeley não poderia ignorar os impactos sobre preços e taxa de câmbio, para não falarmos na intrincada questão da convivência entre moeda papel e peças metálicas.

O curioso é que, do ponto de vista do ânimo político e dos instrumentos de análise considerados isoladamente, Berkeley não estava assim tão longe de Locke. Quanto ao ânimo político, encontramos manifestações contrárias às alterações arbitrárias do padrão monetário, o tema dominante em Locke: “*Mudanças arbitrárias na denominação da moeda não constituem fraude pública?*” (Query 28, Berkeley 1750). Quanto à teoria quantitativa da moeda – uma espécie de patrimônio comum dos economistas do século XVIII –, idêntica adesão, embora condicionada ao esforço de demonstrar que ela vale para qualquer denominação monetária e qualquer tipo de moeda, inclusive as não-metálicas: “*Não é verdade que, ceteris paribus, os preços aumentam com a quantidade de dinheiro, e diminuem com sua diminuição? E por quantidade de dinheiro não se pode entender o total de denominações, sendo todos os contratos nominais a libras, shillings e pence, e não a pesos de ouro e prata?*” (Query 465, Berkeley 1750). Finalmente, mesmo as implicações da alteração do valor da moeda em uma economia aberta não lhe eram desconhecidas. A despeito do enunciado confuso, o Query 462 sugere o reconhecimento dos efeitos dos fluxos de metal:

*“Todas as coisas consideradas, uma elevação geral do valor do ouro e da prata não está longe de trazer maiores quantidades deles ao reino, que produziria um efeito direto contrário, na medida em que menos, neste caso, serviria, sendo portanto menos*

<sup>20</sup> Veja-se Barbon (1696).

<sup>21</sup> Ver a respeito Blaug (1995) e O'Brien (2007).

*demandado? E os homens não importam uma mercadoria em proporção à demanda ou falta dela?”* (Query 462, Berkeley 1750).

De todo modo, o ânimo político e o reconhecimento dos impactos da oferta de moeda sobre preços e valor da moeda permanecem como notas avulsas, situam-se de certo modo à parte do pano de fundo teórico sobre o qual Berkeley constrói a proposta de moeda-papel.

É importante notar que os paralelos com Locke, assim como com Hume, têm um limite óbvio e importante no fato de Berkeley haver sido anti-metalista, enquanto os dois outros filósofos-economistas nutriam restrições fortíssimas à utilização de moeda-papel. E note-se também que, no plano histórico, Locke e Hume não estavam longe da realidade: tanto os sistemas monetários nacionais quanto o comércio internacional giravam em torno do padrão metálico. Por mais que no comércio entre as nações fossem utilizados títulos de crédito válidos nas diversas moedas, o balanço final entre débitos e créditos em títulos exigia que as posições superavitárias ou deficitárias fossem compensadas por movimentos de metal. Sugestivamente, em Berkeley, o fato de o comércio internacional operar com títulos de crédito transforma-se em argumento adicional para mostrar que se pode prescindir do metal: *“Nossos pagamentos não são de fato feitos com títulos? E nosso crédito externo não depende da indústria doméstica, e nossos títulos de tal crédito?”* (Query 494, Berkeley 1750).

No que se refere à determinação do nível de preços e da taxa de câmbio, as distinções entre Berkeley e Hume seriam mais marcantes ainda, simplesmente porque são de Hume os enunciados canônicos da teoria quantitativa da moeda e do mecanismo de ajustamento do balanço de pagamentos. Para Hume, variações na quantidade de moeda em circulação afetam os preços, e não o nível de produção.<sup>22</sup> Por sua vez, mudanças nos preços internos provocam efeitos nas taxas de câmbio e nas importações e exportações, que tenderão a corrigir desajustes nos preços e na balança de comércio. Além disso, Hume manifesta uma oposição enraizada à moeda-papel por ela, a seu juízo, elevar os preços das mercadorias tanto quanto a moeda metálica, sem o benefício lateral da aceitação no comércio internacional.<sup>23</sup> Em suma, os mecanismos de ajustamento econômico nos quadros de uma economia aberta funcionam de modo pleno, no sistema de Hume, o que pode ser traduzido em uma consigna bem simples: a moeda, como a taxa de câmbio, cuida de si.

Mas o que se pretende aqui aduzir são as concepções diversas de crédito. A posição de Hume sobre o crédito encontra-se exposta em sua teoria dos juros, a qual, assim como a teoria do comércio internacional, tem como ponto de referência a teoria quantitativa da moeda. Se aumentos da quantidade de moeda em circulação afetam apenas os preços, não é verdade – como diversos autores, inclusive Locke,

<sup>22</sup> Mais precisamente, afetam o nível de produção de modo transitório, até os preços se ajustarem. Se a oferta monetária se expandir constantemente, o nível de produção sofrerá um impacto positivo.

<sup>23</sup> Portanto, sem contribuir para a projeção internacional, inclusive nos planos político e militar, de uma nação. Sobre moeda, preços e comércio internacional, Hume, *Essays* (1752), particularmente Part II, I (*Of Commerce*), III (*Of Money*), IV (*Of Interest*), V (*Of the Balance of Trade*).

propuseram – que haja qualquer relação entre moeda em circulação e taxa de juros. A taxa de juros é determinada no mercado específico de crédito, por meio de fatores que afetam a oferta e demanda de capital de empréstimo. Para discutir a taxa de juros, Hume passa então a analisar os fatores que influenciam a oferta e a demanda de capital de empréstimo. Estes fatores têm uma natureza essencialmente não-monetária. Em suma – e em contraste com Locke –, o sistema de Hume estabelece uma total distinção entre o mercado monetário e o mercado de crédito e oferece as bases para uma teoria alternativa dos juros, de grande solidez.

A despeito de Berkeley não desenvolver uma teoria do crédito, vimos que em sua obra a concepção dominante é a básica ou primitiva: o crédito como um direito. Complementarmente, se as notas de crédito circularem, elas atuarão como dinheiro. Crédito, então, está associado a meios de circulação. Note-se que nenhuma menção foi feita à existência de juros, embora as notas de crédito tenham os juros como elemento implícito, à medida que envolvem intervalos de tempo para serem resgatadas. Seu valor efetivo ou valor descontado, aliás, dependerá dos juros implícitos.<sup>24</sup> Do mesmo modo, o valor de mercado de qualquer título de crédito dependerá do valor prospectivo do resgate ou da renda proporcionada, se tratar-se de uma perpetuidade. Em suma, dependerá dos juros.

Isso significa que, apesar de os mercados de crédito e de moeda serem distintos (Hume), no momento em que considerarmos a utilização de títulos de crédito como moeda, a taxa de juros deverá ser levada em conta. Law estava muito atento a esta questão ao criticar a proposta de criação de papel-moeda lastreada em hipotecas de terra do Dr. H. C. e ao formular sua própria alternativa. No sistema de Law, nível de preços, taxa de juros e taxa de câmbio integram a análise monetária. Berkeley simplesmente passa ao largo da questão.

## 6. Conclusões

Os contrastes com Locke e Hume, assim como com Law, auxiliam no entendimento dos limites da análise econômica e do relativo paradoxo que marca a recepção dos textos econômicos de Berkeley. O paradoxo na recepção de sua obra é claro: a despeito de os escritos econômicos de Berkeley, particularmente o *Querist*, não deixarem dúvidas quanto ao amplo domínio da temática econômica de seu tempo, e a despeito do reconhecimento do autor como um filósofo e moralista destacado, a aceitação de seu pioneirismo em teoria monetária é menos usual.

Acredito que o menor impacto da obra de Berkeley na história do pensamento econômico – seu nome é muito menos lembrado no rol dos precursores da economia monetária que os de Locke e Hume – decorra do caráter dos textos: o forte acento exortativo, o predomínio do aspecto moral, a indistinção entre economia e religião. A visão religiosa exerce uma orientação decisiva na abordagem, uma vez que dela decorre a concepção de uma sociedade que, inclusive na esfera econômica, deve ser

<sup>24</sup> Sobre instrumentos de crédito e juros implícitos no século XVII, Kindleberger (1985).

organizada pelo ordenamento divino, e não pelo princípio do auto-interesse – algo que destoava da perspectiva da nascente economia política liberal.

Além disso, a preponderância das questões e temas nacionais e a força do ambiente econômico irlandês podem ter contribuído para que o leitor interessado nos princípios básicos da economia não viesse a se sentir seduzido pela argumentação de Berkeley. Uma certa propensão a valorizar princípios gerais e “científicos” está na base da aceitação de autores como Petty, Locke, Hume, Turgot, Quesnay, Smith, os quais, embora tivessem suas visões econômicas fortemente influenciadas por, quando não referidas a, ambientes nacionais específicos, enfatizaram na argumentação traços valorizados em uma ciência em formação: abstração, generalidade, aspecto demonstrativo das proposições.

Quanto aos limites da análise econômica de Berkeley, penso que eles decorrem da moldura nacional na análise das relações entre moeda e produção, bem como a uma concepção de moeda centrada na função de meio de circulação. Esta concepção de moeda é compatível com a noção de crédito no que ela tem de mais simples – direito a receber em troca. Para Berkeley, a moeda é uma hábil mediadora da troca de trabalho excedente, mas não tem valor, não se relaciona a outras moedas, não proporciona juros. A moeda é apenas *ticket* ou *counter* e, ainda mais, somente no contexto de uma economia nacional.

Se admitirmos que o valor da moeda (sua variabilidade) foi a questão que motivou os maiores debates em economia monetária no arco de tempo que transcorre entre Locke e Turgot, abrangendo contribuições notáveis como as de Law, Cantillon, Hume, Galiani, entenderemos que Berkeley é uma figura à parte no cenário da economia monetária do século XVIII. Reconheça-se, no entanto, que sua contribuição ao entendimento da moeda como meio de circulação e sua especulação sobre a possibilidade de se criar um meio de circulação não-metálico abrem novos horizontes. Apontam para um tema e uma institucionalidade do século seguinte, reforçando o pioneirismo de um sistema que, curiosamente, foi desenvolvido no interior de marcos morais bem definidos e distintos daqueles que caracterizariam a economia política liberal.

## Referências bibliográficas

- Barbon, N. (1690). *A Reprint of Economic Tracts*. The Lord Baltimore Press, Baltimore. 1905. Disponível em: <http://oll.libertyfund.org/title/982>.
- Barbon, N. (1696). Discourse concerning coining the new money lighter. Answer to Mr. Lock's considerations about raising the value of money. In Magnusson, L., editor, *Mercantilism*. Routledge, London.
- Berkeley, G. (1721). An essay preventing the ruin of Great Britain. In Fraser, A. C., editor, *The Works of George Berkeley – In Four Volumes*. Clarendon Press, Oxford. 2005.
- Berkeley, G. (1732). Alciphron; or, The minute philosopher. In Fraser, A. C., editor, *The Works of George Berkeley – In Four Volumes*. Clarendon Press, Oxford. 2005.

- Berkeley, G. (1749). A word to the wise. In Fraser, A. C., editor, *The Works of George Berkeley – In Four Volumes*. Clarendon Press, Oxford. 2005.
- Berkeley, G. (1750). The querist. In Fraser, A. C., editor, *The Works of George Berkeley – In Four Volumes*. Clarendon Press, Oxford. 2005.
- Blaug, M. (1995). Why is the quantity theory of money the oldest surviving theory in economics? In Blaug, M., editor, *The Quantity Theory of Money – From Locke to Keynes and Friedman*. Edgard Elgar, Cheltenham.
- Caffentzis, C. (1989). *Clipped Coins, Abused Words & Civil Government – John Locke’s Philosophy of Money*. Autonomedia, New York.
- Galiani, F. (1751). *Da Moeda*. Musa Editora, Curitiba. 2000.
- Hume, D. (1752). *Essays – Moral, Political and Literary*. Liberty Fund, Indianapolis. 1985.
- Hutchison, T. (1988). *Before Adam Smith: The Emergence of Political Economy, 1662-1776*. B. Blackwell, Oxford.
- Kelly, P. (2005). Berkeley’s economic writings. In Winkler, K. P., editor, *The Cambridge Companion to Berkeley*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Kindleberger, C. P. (1985). *A Financial History of Western Europe*. George Allen & Unwin, London.
- Law, J. (1705). *Money and Trade Considered: With a Proposal for Supplying the Nation with Money*. R. & A. Foulis, Glasgow.
- Locke, J. (1689). *Two Treatises of Government*. The Online Library of Liberty. <http://oll.libertyfund.org/EBooks/Locke0128.04.pdf>.
- Locke, J. (1692). *Some Considerations of the Consequences of the Lowering of Interest and Raising the Value of Money*. The Online Library of Liberty. <http://oll.libertyfund.org/EBooks/Locke0128.04.pdf>.
- Locke, J. (1696). *Further Considerations Concerning Raising the Value of Money*. The Online Library of Liberty. <http://oll.libertyfund.org/EBooks/Locke0128.04.pdf>.
- Murphy, A. E. (1997). *John Law, Economic Theorist and Policy-Maker*. Clarendon Press, Oxford.
- Murphy, A. E. (2009). *The Genesis of Macroeconomics*. Oxford University Press, Oxford.
- O’Brien, D. (2007). *The Development of Monetary Economics – A Modern Perspective on Monetary Controversies*. Edward Elgar, Cheltenham.
- Petty, W. (1662). The treatise of taxes and contributions. In *The Economic Writings of Sir William Petty*. The Online Library of Liberty. <http://oll.libertyfund.org/>.
- Rashid, S. (1988). The Irish school of economic development: 1720-1770. *The Manchester School*, LVI(4).
- Schumpeter, J. A. (1982). *History of Economic Analysis*. Allen & Unwin, London. 1954.
- Turgot, A. R. J. (1766). *Reflexions sur la Formation et la Distribution de Richesses*. Flammarion, Paris. 1997.
- Vickers, D. (1968). *Studies in the Theory of Money 1690-1776*. Augustus M. Kelley, New York.
- Ward, I. D. S. (1959). George Berkeley: Precursor of Keynes or moral economist on underdevelopment. *The Journal of Political Economy*, 67(1).
- Wisdom, J. O. (1953). An outline of Berkeley’s life. *The British Journal for the Philosophy of Science*, 4(13). George Berkeley Bicentenary.